

POLÍTICA EXTERNA DA TANZÂNIA: COMBINANDO INTERESSES REGIONAIS NA ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Tanzania's Foreign Policy: Combining regional interests in Eastern and Southern Africa

Política exterior de Tanzania: Combinando intereses regionales en África Oriental y Austral

Paulo Mateus Wache (*)

Para citar este artículo / To reference this article / Para citar este artigo:

Wache, Paulo Mateus. (2017) Política Externa da Tanzânia: combinando interesses regionais na África Oriental e Austral. *Rev. chil. relac. Int.*, vol I (2):59-85

Recibido el 27 de mayo de 2017

Aceptado el 03 de octubre de 2017

Resumo

Este artigo argumenta que a política externa da Tanzania conheceu metamorfoses ao longo do tempo. Contudo, em todas as fases dessas metamorfoses a Tanzania viveu o dilema de liderar a África Oriental ou estabelecer parcerias de segurança com a África Austral. Este dilema condiciona ainda hoje as opções de política externa da Tanzania. Como resultado do dilema a Tanzania tem optado pela dupla filiação nas organizações de integração regional nomeadamente: East African Community e da Southern African Development Community.

Palavras Chave

Política Externa - Integração Regional

Abstract

This paper argues that Tanzania's foreign policy has changed over time. However, in all phases of these changes Tanzania experienced the dilemma of leading East Africa or establishing security partnerships with Southern Africa. This dilemma still affects Tanzania's foreign policy options today. As result of the dilemma Tanzania has opted for dual membership in regional integration organizations namely: East African Community and the Southern African Development Community.

Key-Words

Foreign Policy - Regional Integration

(*) Director Académico do Instituto Superior de Relações Internacionais. Professor de Estudos da União Europeia e de Geopolítica/Geoestratégia no Instituto Superior de Relações Internacionais. Doutorando em Política Externa pela University of South Africa, África do Sul. Mestre em Estudos Diplomáticos pela Westminster University, Reino Unido da Grã Bretanha. Licenciado em Relações Internacionais e Diplomacia pelo Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique.

Email: pwachez000@yahoo.com.br

“Ujamaa é oposto ao Capitalismo que procura construir uma sociedade feliz na base da exploração do homem pelo homem; e é igualmente oposto a doutrina Socialista que procura construir a sua sociedade feliz na filosofia do inevitável conflito entre os homens” por Julius Nyerere in (Johns, 1979:200)

A África Austral está num processo de integração regional desde finais da década de 1970 com a criação da Linha da Frente que deu origem a *Southern African Development Coordination Conference* (1980) e depois se transformou em *Southern African Development Community* (1992). Este percurso foi feito por interacções entre os estados desta região do globo e a Tanzânia é uma peça central na formação dos estados da África Austral e na gestão do processo de integração regional. Por isso, este artigo apresenta a política externa da Tanzânia desde 1961 até finais de 2015. O artigo está dividido em duas partes. Na primeira parte apresenta-se a Tanzânia nas dimensões geográfica, populacional, económica, política e militar. O objectivo principal desta primeira parte é traçar um perfil do país cuja política externa é objecto de estudo. Assim, esta parte do artigo traz aspectos tangíveis e intangíveis que podem contribuir para as opções de política externa da Tanzânia.

A segunda parte trata da política externa da Tanzânia começando por apresentar os princípios e objectivos seguidos da análise da política externa da Tanzânia na África Austral. Esta análise é feita em quatro períodos nomeadamente: o período que vai de 1961-1980, o período que vai de 1980 a 1990, o período que vai de 1990 a 2000 e o período que vai de 2000 a 2015. Quanto aos princípios e objectivos da Política externa da Tanzânia argumenta-se que estes tinham uma matriz política focalizando no combate ao colonialismo e ao apartheid, até 2001. Afirma-se, igualmente, que a partir de 2001, a política externa da Tanzânia passou a ter como prioridade a Diplomacia económica.

Durante o período que vai de 1961 a 1980 a política externa da Tanzânia para África Austral está intimamente ligada a política

externa da Tanzânia para África Oriental. Neste período, Julius Nyerere, foi a figura incontornável da política externa da Tanzânia tanto para África Oriental quanto para África Austral. Nyerere procurou com recurso ao Socialismo Africano (*Ujamaa*), e ao Anti-colonialismo¹ estabelecer-se como Líder regional na África Oriental e como Berço da Revolução para África Austral. Por isso, uma análise coerente da política externa da Tanzânia para África Austral terá sempre em consideração as ambições Tanzanianas de liderança na África Oriental e a vontade de apoiar os países da África Austral a se libertarem do colonialismo.

A política externa da Tanzânia para África Austral entre 1980 e 1990 foi condicionada pelo fracasso da política externa da Tanzânia para África Oriental e crescente aceitação na África Austral. O argumento central é que, por um lado, a Tanzânia viu concretizar-se a desagregação da *East African Community* (EAC) na África Oriental, mas por outro lado na África Austral participou da consolidação de mediadas anti-apartheid e do emergir e consolidação da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC)².

No que diz respeito a política externa da Tanzânia na década de 1990 aponta-se neste artigo, que o conjunto de mudanças ocorridas nos níveis global, regional e doméstico exigiram da Tanzânia uma readaptação da sua Política externa. Apesar das mudanças a política externa da Tanzânia não podia mais se desligar das duas regiões: África Oriental e África Austral. Neste período a Tanzânia ocupou-se em reconstruir a EAC, seu multiplicador do poder económico, por um lado, e a manter laços com África Austral enquanto parceiro estratégico na resolução de conflitos em África. O quarto período vai de 2000 à 2015, neste período a Tanzânia focalizou as suas acções na diplomacia económica, atraindo o investimento directo estrangeiro, principalmente para o sector dos recursos minerais.

¹ Para efeitos da análise da política externa da Tanzânia para Africa Austral, foi preterido o pan-africanismo por de alguma forma estar incluso no socialismo africano, e o não-alinhamento, por, este ser mais adequado para analisar a política externa da Tanzânia a nível global, no contexto da Guerra Fria.

² Conferencia de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral

A REPÚBLICA UNIDA DA TANZANIA

A República Unida da Tanzânia, “é um estado Democrático e Socialista que adere à democracia multipartidária” (Constituição, art 3, numero 1). Com a capital em Dodoma, a Tanzânia localiza-se na África Oriental tendo fronteiras com Moçambique, Malawi, e Zâmbia a sul, oceano Índico a leste, Uganda e Quênia a norte, Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo a Oeste. A Tanzânia tem uma área total de 947,300 km² dos quais 885,300 km² são de terra firme os restantes 61,500 300 km² são de Águas (CIA, 2015). É neste país que se localiza o ponto mais alto e o ponto mais baixo de África nomeadamente Monte Kilimanjaro com 5,895 metros de altura e o fundo do lago Tanganyika com 358 metros abaixo do nível médio das águas do mar. Com uma população estimada em 51, 045, 882 habitantes e abundância de recursos naturais como gás natural, níquel, fosfatos, pedras preciosas, ouro, ferro, diamante, terras férteis incluindo uma flora e fauna ricas e variadas

Em termos de divisão administrativa a Tanzânia tem trinta regiões administrativas a conhecer: Arusha, Dar es Salaam, Dodoma, Geita, Iringa, Kagera, Kaskazini Pemba (Pemba North), Kaskazini Unguja (Zanzibar North), Katavi, Kigoma, Kilimanjaro, Kusini Pemba (Pemba South), Kusini Unguja (Zanzibar Central/South), Lindi, Manyara, Mara, Mbeya, Mjini Magharibi (Zanzibar Urban/West), Morogoro, Mtwara, Mwanza, Njombe, Pwani (Coast), Rukwa, Ruvuma, Shinyanga, Simiyu, Singida, Tabora eTanga (CIA, 2015). As principais cidades são: Dodoma, Dar es Salaam, Mwanza, Cidade de Zanzibar, Arusha, Mbeya, Morogoro, Tanga, Kigoma, Tabora, Moshi, Kasulo, Musoma, Songea, Iringa, Shinyanga, Sumbawanga e Mtwara (Commonwelth, 2015).

A República Unida da Tanzânia é resultado da unificação ocorrida a 26 de Abril de 1964 entre Tanganyika e Zanzibar. Tanganhica foi colónia alemã (1880 -1919) e britânicas (1919 - 1961). A Tanganyika conquistou a sua independência a 9 de Dezembro de 1961 sob a liderança do *Tanaganyika African National Union* (TANU), partido fundado em 1954 por Julius Nyerere. Por sua vez Zanzibar foi colónia britânica e conquistou a sua independência a 10 de Dezembro

de 1963 sob a liderança da coligação do Partido Nacional de Zanzibar (PNZ) e Partido do Povo de Zanzibar e Pemba (PPZP). A 12 de Janeiro de 1964 deu-se a revolução que desalojou o Sultan Jamshid Bin Abdullah e a coligação (PNZ-PPZP) do poder e instaurou um governo provisório liderado por Amani Abeid Karume e por uma coligação dos partidos *Afro-Shirazi Party* (ASP³) e *Umma*.

Apesar da coligação entre os partidos ASP e *Umma*, o primeiro prevaleceu em relação ao segundo. A prevalência do ASP sobre o *Umma* pode ser explicado a partir da liderança. O facto de o fundador da ASP ter conseguido conquistar e manter o poder robusteceu o ASP. Na verdade Karume, fundador do ASP, foi presidente de Zanzibar entre Janeiro e Abril de 1964, e foi Vice-Presidente da República Unida da Tanzânia entre 1964 e 1972. A legitimidade da TANU e de Nyerere, no continente, e do ASP, então liderado por Aboude Jumbe sucessor de Karume, no arquipélago e a necessidade de uma maior unidade nacional levou a que os dois partidos se fundissem a 5 de Fevereiro de 1977 para formar o partido *Chama Cha Mapinduzi* (CCM), que governou como partido único até 1995.

A partir de 1993 a constituição tanzaniana permitiu a existência de outros partidos para além do CCM. E desde 1995 o país tem realizado, de forma regular, as eleições gerais multipartidárias que têm sido sucessivamente ganhas pelo CCM. Para além do CCM outros partidos como *Alliance for Chance and Transparency* (ACT), *Chama Cha Demokrasi na Maendeleo* (CHADEMA), *Civic United Front* (CUF), *Democratic Part* (DP), *National Convention for Construction and Reform* (NCCR), *Tanzania Labor Party* (TLP) e *United Democratic Party* (UDP) se destacam no cenário político tanzaniano (CIA, 2015).

Quanto ao sistema de governo a Tanzânia segue o presidencialismo, isto é, o presidente é chefe de Estado, de Governo e Comandante em Chefe das Forças armadas (Constituição, artigo 33, numero 1). Por causa do processo de unificação de Tanganyika e Zanzibar a constituição tanzaniana prescreve as formas de partilha de poder entre as duas unidades territoriais. Por exemplo, o artigo 4 no

³Fundado em 1957 o partido Afro-Shirazi Party surgiu da fusão entre Shirazi party e Afro Party

seu número 1 afirma que “toda a autoridade na República Unida da Tanzânia é exercida e controlada por dois órgãos com poder executivo, dois com poder judicial e dois com poder legislativo e de supervisão. Esta fórmula permite que cada poder (Executivo, Judicial e Legislativo) tenha órgãos tanto na Tanzânia continental como na Tanzânia Insular.

Outro exemplo está patente no artigo 47 no seu número 3 que determina que o Vice-Presidente é eleito tendo em conta o princípio de que quando o Presidente da República é proveniente do continente o Vice-Presidente deve provir de Zanzibar e vice-versa. Para além desta cláusula Zanzibar tem o direito de eleger um presidente do governo regional, apenas para gestão de assuntos locais⁴. Assim, em 2015, Jakaya Kikwete⁵ era o Presidente da República, no posto desde 21 de Dezembro de 2005, o Vice-Presidente era Mohamand Gharib Bilal, no posto desde 6 de Novembro de 2006 e o Presidente de Zanzibar era Mohamed Shein, no posto desde 3 de Novembro de 2010.

Importa também salientar as capacidades económicas e militares da Tanzânia. Quanto às capacidades económicas é relevante realçar que a Tanzânia como a maior parte dos países africanos tem tido um crescimento económico assinalável. Por exemplo; o Produto Interno Bruto (PIB), entre 2009 e 2014, cresceu 6 a 7% por ano (CIA, 2015): Em termos financeiros a Tanzânia, em 2014, teve um PIB de 49,18 mil milhões de Dólares americanos (Trading Economics, 2015).

O desempenho económico da Tanzania é justificado em parte pela ocorrência de recursos naturais energético, principalmente o Gás Natural que tem atraído o investimento directo estrangeiro. Este momento de crescimento tem sido aproveitado pelo governo tanzaniano para aumentar o orçamento destinado a agricultura que em 2015 era estimado em 7% do PIB. Esta atenção em relação a agricultura justifica-se pelo facto de a Tanzânia ter 80% da sua população nas zonas rurais onde a principal actividade produtiva é a agricultura. E sobretudo porque desde a independência os sucessivos

⁴ A Tanzania tem, igualmente, um primeiro ministro nomeado pelo presidente da República

⁵ Jakaya Kiewete foi substituído por John Magufuli que tomou posse a 5 de Novembro de 2015

governos (inspirados no *Ujamaa*) tiveram sempre como prioridade a auto-suficiência alimentar, apesar de muitas vezes os discursos não terem correspondido aos resultados no terreno.

No que diz respeito às capacidades militares, o facto de a Tanzânia ter mais de cinquenta milhões de habitantes é significativo em termos de potencial de população jovem, que em caso de Guerra possa estar disponível para da defesa da sua soberania. De acordo com a CIA (2015) a Tanzânia tinha, em 2015, perto de dez milhões de habitantes com idade para cumprir o serviço militar. Apesar deste potencial a Tanzânia faz parte de países com despesas militares relativamente baixas. Por exemplo em 2010 o orçamento para as despesas militares correspondia 1,13% do PIB, em 2011 correspondia a 1,12% e em 2014 correspondia a 1,13%. Contudo, factores como pirataria marítima, descoberta de recursos energéticos, conflitos fronteiriços, como é o caso do conflito com o Malawi no lago Niassa, poderão fazer com que a Tanzânia aumente as suas despesas militares e o grau de prontidão combativa nos próximos anos.

POLÍTICA EXTERNA DA TANZÂNIA: PRINCÍPIOS E OBJECTIVOS

O entendimento da política externa de um Estado implica, em parte, o conhecimento dos princípios e objectivos que foram sendo adoptados ao longo do tempo. No caso da Tanzânia, do ponto de vista formal os princípios e objectivos da política externa foram adoptados em 1964 e reformulados em 2001. A análise comparativa dos princípios e objectivos de Política externa da Tanzânia nos dois períodos mostra uma evolução na sua formulação, pois enquanto os princípios e objectivos de Política externa foram apresentados como de forma indistinta em 1964 e focalizavam o aspecto político, na formulação de 2001, há diferenciação entre princípios e objectivos de política externa e o enfoque passou a ser económico.

Os princípios e objectivos de política externa da Tanzânia foram estabelecidos pela Circular Presidencial nº 2 de 1964. Assim os princípios e objectivos da política externa da Tanzânia até 2001 eram:

- A defesa da liberdade, justiça e igualdade,

- A salvaguarda da soberania, da integridade territorial e da independência política da Republica Unida da Tanzânia (RUT);
- O apoio das lutas contra o colonialismo, racismo e neo-colonialism;
- O apoio aos povos oprimidos no mundo,
- A promoção da Unidade Africana;
- A promoção do respeito pelo princípio de não interferência nos assuntos internos dos outros Estados;
- O apoio às práticas da política de não-alinhamento;
- O Apoio às Nações Unidas na promoção da Paz e segurança Internacionais, e
- A Promoção do princípio de Boa Vizinhança (Governo da RUT, 2001:5).

Foram estes princípios e objectivos que permitiram a Tanzânia conduzir a sua política externa no período entre 1964 a 2001. As mudanças globais (fim da Guerra Fria), regionais (fim do apartheid) e domésticas (declínio do *Ujamaa* e democratização do país) conduziram os formuladores de política externa da RUT a reverem os seus princípios e objectivos.

O novo documento de política externa da RUT publicado em 2001 apresenta os seguintes princípios e objectivos de política externa:

Princípios:

- A salvaguarda da soberania, da integridade territorial e da independência política da Republica Unida da Tanzânia (RUT);
- A defesa da liberdade, justiça, direitos humanos, igualdade e democracia
- A Promoção do princípio de Boa Vizinhança;
- A promoção da Unidade Africana;
- A promoção da cooperação económica profunda com os nossos parceiros de desenvolvimento;
- O apoio às práticas da política de não-alinhamento e cooperação Sul-Sul, e
- O Apoio às Nações Unidas na promoção da Paz e segurança Internacionais.

Objetivos:

- Projectar, promover e proteger os interesses políticos, económicos, sociais e culturais da RUT através de uma diplomacia económica activa;
- Assegurar que as relações da RUT com outras nações e entidades internacionais sejam conduzidas tendo em conta os interesses económicos;
- Construir uma economia auto-sustentável, preservando a paz e a segurança nacionais e apoiando os esforços regionais e globais na criação de um mundo pacífico;
- Acelerar a integração política e socioeconómica da região;
- Criar as condições necessárias que permitam a RUT participar efectivamente nas economias regional e global e nas negociações internacionais (Governo da RUT, 2001:12).

A observação dos princípios e objectivos nos períodos acima apresentados sugere que houve uma mudança profunda da perspectiva de política externa. Enquanto, antes de 2001 a política externa tanzaniana tinha como prioridade os assuntos políticos nomeadamente colonialismo, neocolonialismo e racismo, a partir de 2001, a Tanzânia passa a preocupar-se com assuntos económicos, o que o documento de política externa de 2001 denomina Diplomacia Económica Activa (RUT, 2001:12). É portanto na diplomacia económica que a política externa da Tanzânia focaliza e procura tirar o máximo proveito das suas capacidades.

POLÍTICA EXTERNA DA TANZÂNIA PARA ÁFRICA AUSTRAL: LÍDER REGIONAL E BERÇO DA REVOLUÇÃO

Nesta secção analisa-se a política externa da Tanzânia para a África Austral e toma-se em consideração o período que vai de 1961 a 1980. Durante este período, Julius Nyerere, foi a figura incontornável da política externa da Tanzânia tanto para África Oriental quanto para África Austral. Nyerere procurou com recurso ao Socialismo Africano

(*Ujamaa*), e ao Anti-colonialismo⁶ estabelecer-se como Líder regional na África Oriental e como Berço da Revolução para África Austral. Por isso, uma análise coerente da política externa da Tanzânia para África Austral terá sempre em consideração as ambições Tanzanianas de liderança na África Oriental e a vontade de apoiar os países da África Austral a se libertarem do colonialismo.

As duas regiões, África Oriental e África Austral, na percepção tanzaniana representavam duas faces da mesma moeda. Pois a Tanzânia via a África Oriental como fonte de insegurança económica devido a robustez económica do Quênia e do Uganda daí a vontade de formar uma federação. Em relação a África Austral a Tanzânia via-a como fonte de insegurança militar devido a existência do colonialismo português em Moçambique e Angola, do governo minoritário no Zimbabue e do apartheid na África do Sul e na Namíbia. A percepção de insegurança económica proveniente da África Oriental fez a Tanzânia investir numa política externa federalista. A percepção de insegurança militar proveniente da África Austral, dentro dum contexto anti-colonialista e pan-africanista da década de 1960 combinada com a liderança de Nyerere fundada no *Ujamaa*, impeliu a Tanzânia a apoiar os países desta região tornando-se dessa forma o berço da revolução para os países da África Austral.

Liderança Regional na África Oriental

A liderança tanzaniana na África Oriental foi e continua a ser uma questão central na política externa tanzaniana. Na opinião de Johns (1979:199) Nyerere levou tão a sério esta questão a ponto de ter tomado a decisão unilateral (sem consultar a TANU) de tardar a independência de Tanganyika, que devia ocorrer em 1960, e veio a ocorrer em 1961. Com esta decisão Nyerere queria que as independências da Tanganyika, Uganda e Quênia ocorressem em simultâneo o que facilitaria a formação da federação. Esta vontade de formar uma federação, por parte da Tanzânia, tem estado a acompanhar as relações destes estados ao longo do tempo. A razão de

⁶ Para efeitos da análise da política externa da Tanzânia para Africa Austral, foi preterido o pan-africanismo por de alguma forma estar incluso no socialismo africano, e o não-alinhamento, por, este ser mais adequado para analisar a política externa da Tanzânia a nível global, no contexto da Guerra Fria.

fundo desta vontade é criar um mercado regional que possa alavancar as economias dos países em questão e diminuir a dependência em relação a ajuda externa.

O desejo de Nyerere para formar uma federação na África Oriental viria a ser fundamentado pelo Socialismo Africano ou simplesmente *Ujamaa*. Uma forma de ver o mundo inspirado no Pan-Afrinismo mas com formulação própria cuja autoria se atribui ao presidente Nyerere. Foi Julius Nyerere que, em 1962, publicou um panfleto intitulado “*Ujamaa The basis of African Socialism*”. O *Ujamaa* foi definido por Nyerere como sendo “oposto ao Capitalismo que procura construir uma sociedade feliz na base da exploração do homem pelo homem; e é igualmente oposto a doutrina Socialista que procura construir a sua sociedade feliz na filosofia do inevitável conflito entre os homens” (Johns,1979:199). Portanto o *Ujamaa* é forma de ser e estar que traz em si aspectos tradicionais e modernos.

Do ponto de vista formal o *Ujamaa* foi institucionalizado pela Declaração de Arusha de 1967. E como ideologia *Ujamaa* enfatizava o desenvolvimento através da agricultura, cooperativas produtivas e de consumo, aldeias comunais, deixando de lado a industrialização, a ajuda externa e a assistência técnica. A tentativa da federalização da África Oriental representa a necessidade aplicação do *Ujamaa* no ambiente externo. Em outras palavras já em 1960 Nyerere pensava que a África Oriental seria bem sucedida se se unisse, e formasse um grande Estado. Contudo, não conseguiu materializar o objectivo de formar uma federação porque teve oposição de Jomo Kenyatta, que era de orientação capitalista, achava que poderia haver cooperação mas não federação. Apesar de ter fracassado na criação da federação Nyerere conseguiu que se criasse *East African Common Services Organisation (1961-1967)*, como compensação da falhada Federação. A unificação entre Tanganyika e Zamzibar em 1964 foi uma das maiores conquistas da diplomacia de federalista de Nyerere.

A formação da EAC cujos membros eram Tanazania, Uganda e Quênia, em 1967, mesmo ano da Declaração de Arusha, que formalizou o *Ujamaa* como ideologia do Estado, visava a criação de um mercado que fosse capaz de diminuir a dependência em relação ao Ocidente. Contudo a EAC (1967-1977) não funcionou como Nyerere esperava devido a divergências económicas e ideológicas. No que diz

respeito às contradições económicas, estas são descritas por Rydenfelt (1986) da seguinte forma:

O controlo de preços na Tanzânia levou ao contrabando. Camponeses que viviam perto das fronteiras tentaram contrabandear excedentes a países vizinhos, onde os preços eram geralmente muitas vezes maiores que os controlados preços domésticos. Nos seus esforços para parar o contrabando, o governo tanzaniano fechou a fronteira com o Quénia em 1977 (esta foi parcialmente reaberta em 1983). Como resultado, a Tanzânia viu grande parte da sua actividade turística também ser fechada pelo Quénia.

As divergências económicas entre a Tanzânia e o Quénia tinham o seu fundamento nas diferenças ideológicas. Enquanto Nyerere era socialista, Jomo Kenyatta era capitalista. Esta diferença ideológica explica a questão do contrabando de excedentes por parte dos camponeses Tanzanianos a procura de um mercado que pagasse o preço mais alto no Quénia.

No que diz respeito a Uganda Nyerere teve sempre um relacionamento equilibrado com Milton Obote (1962-1971). Esta percepção é confirmada por Nzomo (1999:186) que afirma que Tanzania e Uganda achavam que Quénia estava a beneficiar-se injustamente da EAC. Porém o Golpe de Estado no Uganda, em 1971, liderada por Idi Amin veio dificultar as relações de vizinhança, pois Nyerere não o reconhecia como presidente de Uganda. Esta tensão desembocou num guerra entre Tanzania e Uganda (1978-1979) com vitória da Tanzânia, que cimentou o seu *Status* como líder regional. Os conflitos tanto com Uganda (Nyerere *versus* Idi Amin) como com o Quénia (Nyerere *versus* Jomo Kenyatta) resultaram na dissolução da EAC, assinalada pelo encerramento das fronteiras entre Tanzânia e Quénia em 1977 (Nzomo, 1999:187).

A dissolução da EAC, em 1977, foi o segundo revés para a política externa tanzaniana, que em 1960/1 tinha falhado o objectivo de criar uma federação com estes dois países vizinhos (Uganda e Quénia). Portanto no período que vai de 1961 até 1980 assiste-se uma Tanzânia que procura impor-se como líder regional na África Oriental, mas as divergências económicas e ideológicas dificultaram a materialização

deste objectivo. Contudo, reconhece-se a liderança da Tanzânia na criação das organizações a *East African Common Services Organisation* (1961-1967) e a *East African Community* (1967-1977).

Berço da Revolução na África Austral

Com Independência da Tanzânia em 1961 muitos movimentos de libertação da África do Austral foram acolhidos e apoiados na sua luta pela independência dos respectivos países de origem. Este foi o caso da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), *Mozambique African National Union* (MANU) e União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) que se uniram e formaram a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) a 25 de Junho de 1962 em Dar-es-Salaam. Outros movimento de libertação da África Austral como *African National Congress* (ANC), *South West Africa People's Organization* (SWAPO), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), *Zimbabwe African National Union* (ZANU) entre outros movimentos foram acolhidos na Tanzania. Este comportamento da Tanzânia foi logo reconhecido pelos líderes africanos, que aquando da criação da Organização da Unidade Africana (OUA), a 25 de Março de 1963, decidiram que o Comité de Libertação daquela organização teria a sua sede em Dar-es-salaam (Nzomo, 1999:189).

A Tanzânia tornou-se então em quartel-general dos movimentos de libertação da África Austral. Este comportamento de política externa da Tanzânia pode ser explicado por três factores as conhecer: (i) a visão do mundo de Nyerere (idiosincrasias), ideologia e (iii) razões estratégicas. Quanto as idiosincrasias Nyerere acreditava numa continente africano guiado por princípios da família africana, ideias que ele tinha exposto no seu socialismo africano (*Ujamaa*) em 1962. Portanto tanto a nível doméstico como a nível internacional Nyerere acreditava num sistema solidário.

No que diz respeito a ideologia a Tanzânia liderada por Nyerere inspirava-se no pan-africanismo, uma doutrina filosófica que defendia a unidade e solidariedade entre os povos africanos (Kwame Krumah, 1977:27). Aliás uma doutrina que inspirou a formação da OUA, organização de que a Tanzânia foi membro fundador. É importante também salientar que a Tanzânia de Nyerere era anti-ocidental tendo

tomado posições arrojadas contra os principais actores do Ocidente. Por exemplo, a Tanzânia opôs-se aos testes das bombas atômica franceses no Sahara entre 1960 e 1962. Igualmente, Nyerere rejeitou, em 1964, a aplicação da Doutrina Hallstain⁷ na Tanzânia tendo cortado relações diplomáticas com a República Federal Alemã (RFA).

Na sequência do incidente diplomático com a RFA Nyerere chamou o embaixador da RFA e informou-lhe que a Tanzânia na aceitava ajuda com armas (Msekwa, 2015). Com os Estados Unidos de América (EUA) as relações viriam a deteriorar-se em Novembro de 1965 quando o embaixador tanzaniano em Kinshasa interceptou uma carta americana que planificava um bombardeamento a todos os pontos estratégicos que estavam sendo usados pela China comunista na Tanzânia (Msekwa, 2015). O Governo da Tanzânia chamou a conferência de imprensa e denunciou o plano orquestrado pelos EUA. Estes factos estavam directamente ligados ao confronto ideológico no contexto da guerra fria. Assim a Tanzânia optou pelo socialismo (chinês) em detrimento do capitalismo ocidental.

No que diz respeito às razões estratégicas a Tanzânia via a África Austral como fonte de insegurança militar para o seu país devido a existência do colonialismo português principalmente em Moçambique que por ser um país vizinho podia infringir ataques militares a Tanzânia. As razões estratégicas iriam ampliar-se com a independência da Zâmbia em 1964, porque sendo a Zâmbia de Kaunda Aliada da Tanzânia e vizinha de Angola, colonizada por Portugal, era preciso ampliar o raio de acção para controlar a insegurança militar. Com a independência de Moçambique e Angola as atenções viraram-se para Zimbabwe (Rodésia do Sul), África do Sul e Namíbia. Foi assim que na segunda metade da década de 1970 surgiu a Linha da Frente liderada por Tanzânia, Zâmbia, Moçambique e Angola, cuja principal preocupação era encontrar formas de isolar os governos minoritários da Rodésia do Sul (Zimbwe) e África do Sul.

⁷ A Doutrina Hallstein, assim denominado em honra ao seu mentor Walter Hallstein foi um principio de política externa da Alemanha Ocidental que defendia a República Federal da Alemanha (capitalista) não estabelecer ou não manteria relações diplomáticas com todo Estado que reconhecesse a República Democrática da Alemanha (socialista)

A combinação de factores acima mencionados levaram a que Tanzânia tomasse acções de política externa contra os sistemas coloniais de então. Por exemplo, em relação a África do Sul do apartheid, Nyerere em Março de 1961 exigiu a expulsão da África do Sul da Commonwealth como condição para a Tanzânia fazer parte daquela organização, baniu o comércio com a África do Sul e proibiu que os cidadãos tanzanianos viajassem a África do Sul, assim como proibiu a entrada de cidadãos com passaporte da África do Sul em território tanzaniano (Nzomo, 1999:179).

Quanto aos portugueses, Nyerere quando estava negociar a independência da Tanzânia com os britânicos exigiu que o Reino Unido retirasse o *exequetur* do cônsul de Portugal em Dar-es-salaam, e quando ficou independente a Tanzânia não manteve o consulado (Johns, 1979:204). E por causa do Zimbabwe, em Dezembro de 1965 a Tanzânia tornou-se no primeiro país da Commonwealth a quebrar relações diplomáticas com o Reino Unido depois deste ter se recusado a tomar medidas fortes para acabar com a rebelião liderada pelos brancos para a independência da Rodésia do Sul (Zimbabwe). Assim, a combinação dos três factores (idiosincrasias, ideologia e ameaças militares) impeliram a Tanzânia a uma política externa anti-colonialista e pro-uniidade africana.

A política externa da Tanzânia para África Austral não teve a mesma aceitação na região pelos países que foram se tornando independentes. O caso paradigmático aconteceu em 1964 com as independências da Zâmbia e Malawi. Enquanto a Zâmbia de Kaunda aceitou o projecto defendido pela Tanzânia e se empenhou no apoio aos movimentos de libertação da região. O Malawi de Kamuzo Banda foi hostil a esse projecto e aliou-se aos governos minoritários e coloniais vigentes em Moçambique, Zimbabwe e África do Sul, dificultando dessa forma a movimentação e a logística dos Movimentos de libertação nomeadamente FRELIMO, MPLA, ZANU, SWAPO e ANC que precisavam no mínimo passarem por Malawi para chegarem a Tanzânia.

De acordo com Nnoli (1974:44) a atitude do Malawi estava ligada a necessidade de bem-estar económico. Sendo o Malawi um país pequeno situado no *hinterland* precisando por essa via manter boas relações com o colonialismo português para ter acesso ao mar.

Em relação a África do Sul, o Malawi tinha cerca de 80.000 cidadãos que trabalhavam na África do Sul que enviavam remessas para o orçamento do Estado malawiano (Nnoli, 1974:44). Com a Rodésia do Sul, o Malawi tinha um comércio profícuo que pretendia manter a todo custo. Por isso, era difícil para o Malawi enfrentar os regimes minoritários brancos de então. Na verdade as razões económicas explicam parte do comportamento malawiano. Contudo, outros factores como a visão do mundo de Kamuzo Banda, que era capitalista, o descomprometimento com os valores de unidade e solidariedade africanas e a não observância dos princípios de igualdade e dignidade humana explicam a outra parte do comportamento de Kamuzo Banda na África Austral. Assim, a política externa da Tanzânia para África Austral para além dos regimes minoritários brancos enfrentou a hostilidade do Malawi independente.

Importa Também realçar que a política externa de Nyerere, a de apoiar as independências dos países da África Austral foi recompensado com a ajuda militar de Moçambique na intervenção militar da Tanzânia (1978-9) em Uganda de Idi Amin. De acordo com Cherinda⁸ o apoio das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM) foi fundamental para a vitória da Tanzânia. Este sucesso das FPLM deveu-se em parte à experiência de dez anos de luta armada contra o colonialismo português. Essa experiência de Moçambique, que a Tanzânia não a tinha, foi decisiva para derrotar Idi Amin. Para Moçambique este apoio a Tanzânia foi uma forma de retribuir o apoio concedido pela Tanzânia ao longo de mais de uma década.

Nesta secção analisou-se a política externa da Tanzânia para a África oriental e para África Austral no período que vai de 1960 a 1980. Constatou-se que a política externa da Tanzânia durante este período esteve dividida entre a África Oriental e a África Austral considerando a primeira região como a sua âncora económica e a segunda com fonte de insegurança militar. Salientou-se a preponderância da liderança de Nyerere nas opções da Política externa tanzaniana. Foi igualmente realçado o papel das ideologias vigentes no período em estudo, a formação da linha da frente e as dificuldades de relacionamento com o Malawi. Em última instância a Tanzânia no período que vai 1960 a

⁸ Geraldo Cherinda, Embaixador de Carreira, palestra sobre os quarenta anos de relações diplomáticas Moçambique-Suécia, 23 de Outubro de 2015

1980 foi um líder falhado para os países da África Oriental e um verdadeiro berço da revolução para os países da África Austral.

A POLÍTICA EXTERNA DA TANZÂNIA NA DÉCADA DE 1980: ENTRE FRACASSOS E SUCESSOS

Nesta secção analisa-se a política externa da Tanzânia na década de 1980 procurando-se entender o comportamento da Tanzânia diante do fracasso na África Oriental e crescente aceitação na África Austral. O argumento central é que, por um lado, a Tanzânia viu concretizar-se a desagregação da EAC na África Oriental, mas por outro lado na África Austral participou da consolidação de mediadas anti-apartheid.

Em relação a EAC, apesar de a Tanzânia não ter desistido do seu objectivo, o de liderar a criação dum mercado regional para diminuir a dependência com o Ocidente e apesar de ter reaberto as fronteiras com Quênia em 1983 a EAC continuava a ser uma miragem. A confirmação deste fracasso aconteceu em 1984 quando os antigos membros da EAC (Tanzânia, Quênia e Uganda) negociaram o Acordo de Mediação. Este acordo permitiu a divisão dos activos e passivos da defunta EAC e apelou a exploração das possibilidades de cooperação futura.

Diante do cenário pouco animador na África Oriental, que iniciara em 1977 a Tanzânia reconheceu que o seu projecto de liderar aquela região tinha que ser abandonado, pelo menos temporariamente, e centrar as suas atenções na África Austral. O surgimento da Linha da Frente foi em parte consequência desse maior engajamento da Tanzânia nos assuntos políticos militares da África Austral. Como corolário de uma maior cooperação entre os estados independentes da África Austral a 1 de Abril de 1980 foi criada, em Lusaka, a SADCC (SADC, 2012). O papel incontornável da Tanzânia na criação da SADCC esteve sempre patente, uma vez que a reunião que decidiu a criação desta organização teve lugar em Arusha, Tanzânia, em Julho de 1979.

A nova organização (SADCC) tinha como objectivo central a redução da dependência económica em relação ao Apartheid da República da África do Sul (RAS) como se pode ler a seguir:

- Reduzir a dependência económica dos Estados Membros, em particular, mas não só, em relação ao apartheid da África do Sul;
- Facilitar as ligações entre os Estados Membros para criar uma integração regional genuína e equitativa;
- Mobilizar recursos dos Estados Membros para promover a implementação de programas nacionais, inter-estatais e políticas regionais;
- Promover acções concertadas para garantir a cooperação internacional no âmbito da estratégia para a libertação económica (SADC, 2012).

A SADCC que a Tanzânia ajudou a criar tornou-se na primeira organização de integração regional na África Austral. De alguma forma a Tanzânia conseguiu compensar, temporariamente, a necessidade formal de cooperação económica, contudo não satisfaz as necessidades de liderança que a Tanzânia pretendia ter na África Oriental. A arquitectura da SADCC não deu a Tanzânia a preponderância necessária para que ela se sentisse líder da região. Importa também realçar que a independência do Zimbabwe a 18 de Abril de 1980 viria a dar um novo impulso a esta organização de integração económica e acentuou o isolamento da África do Sul.

Contudo, o surgimento da SADCC que isolava a África do Sul economicamente, piorou as situações de segurança militar de Estados mais proactivos e vizinhos da África do Sul. Este foi o caso Moçambique e Angola que passaram a ser alvos preferidos do Apartheid na década de 1980. O ataque a cidade da Matola em 1981 por parte das forças armadas da África do Sul, do apartheid, e o apoio à Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) contra o governo da FRELIMO espelham bem o risco que Moçambique corria na década de 1980.

A ameaça (apartheid) pressionou o governo de Maputo a assinar os acordos de Nkomati em Março de 1984. Estes acordos foram fortemente criticados pela Tanzânia que viu naquela atitude de Moçambique uma traição aos objectivos da SADCC. Apesar da crítica, a Tanzânia continuou apoiando Moçambique na luta contra a RENAMO principalmente na batalha da Zambézia entre 1986 e 1992,

onde havia unidades operativas das Forças Armadas Tanzanianas (Manjate, 2013:153). Portanto, o apoio à FRELIMO manteve-se durante a guerra de desestabilização em Moçambique. A lógica por detrás do apoio era o combate ao apartheid porque a RENAMO tinha apoio daquele regime minoritário da África do Sul.

Em ralação a Angola, o exército sul-africano (apartheid) combateu no solo Angolano ao lado da União para a Independência Total de Angola (UNITA) contra o MPLA. A aventura do exército do apartheid em Angola terminou em 1988 com a derrota deste na batalha de Cuito Cuanavale pelos exércitos cubano e angolano (MPLA). A libertação de Mandela e a independência da Namíbia em 1990 representou uma viragem que iria levar ao redesenho da integração regional na África Austral. Neste período, a política externa da Tanzânia para África Austral foi mais de cooperação e parceria não mais de berço de revolução, e a luta contra o apartheid foi a marca fundamental da política externa da Tanzânia.

Nesta secção constatou-se que a Tanzânia redireccionou os seus esforços para África Austral, tendo abandonado, temporariamente, a sua ambição de liderar a África Oriental. Neste contexto surge a primeira organização regional em que a Tanzânia tem um papel importante mas não lidera os processos de forma exclusiva como fizera na EAC. A SADCC foi, neste sentido, uma organização de cooperação entre os Estados membros, a primeira experiência formal de diplomacia multilateral na região complementando assim a diplomacia bilateral que prevalecera até a criação desta organização. A política externa da Tanzânia neste período confunde-se com o objectivo regional de combater o apartheid. Assim, a política externa da Tanzânia fracassou na África Oriental e foi bem sucedida na África Austral.

INTEGRAÇÃO REGIONAL: ESCOLHENDO NÃO ESCOLHER

Esta secção aborda a política externa da Tanzânia na década de 1990. Argumenta-se que o conjunto de mudanças ocorridas nos níveis global, regional e doméstico exigiram da Tanzânia uma readaptação da sua política externa. Apesar das mudanças a política externa da Tanzânia não podia mais se desligar das duas regiões: África Oriental e África Austral. Para uma melhor percepção primeiro analisa-se as

mudanças e a seguir aborda-se a reconstrução da EAC como multiplicador do poder económico da Tanzânia e a manutenção de laços com África Austral enquanto parceiro estratégico na resolução de conflitos em África.

Quanto as mudanças a nível global importa realçarem o fim da Guerra Fria com a vitória do liberalismo, o que obrigou a Tanzânia a reposicionar-se em relação a sua orientação ideológica, mudando do socialismo para o capitalismo. A partir dos meados da década de 1980 a Tanzânia começou a negociar a reestruturação económica com as instituições de Bretton Woods (Shule, 2014:124). Tanto a mudança de ideologia como as negociações com as Instituições de Bretton Woods representaram uma mudança que levaria o seu tempo a ser aceite pelas alas mais conservadoras do Partido que dirigia o Estado, o partido Chama Cha Mapinduzi.

A nível regional o fim do apartheid, a independência da Namíbia e o fim da guerra de desestabilização em Moçambique aliviaram a pressão de segurança que os conflitos da África Austral impunham a Tanzânia. A década de 1990 surge então com condições propícias para a Tanzânia voltar a reatar as suas relações económicas com a África Oriental sem negligenciar a arquitectura de segurança que construiu desde a década de 1960 na África Austral. Portanto, a partir da década de 1990 as prioridades da política externa da Tanzânia passam a ser económicas e por isso o esforço passa a ser a restauração da EAC.

A nível domésticas mudanças importantes ocorrem na Tanzânia, em 1985 o carismático presidente Nyerere deixa de ser presidente daquele país numa transição pacífica e é substituído por Ali Hassan Mwinyi (Shule, 2014:124). Em 1990, Nyerere viria a deixar também a presidência do Partido CCM. Esta transição por ter sido pacífica permitiu a continuidade da política externa de Nyerere, principalmente em relação à reconstrução da EAC. A saída de Nyerere permitiu desanuviar os ressentimentos criados pelas tentativas de Nyerere de, primeiro criar uma federação e depois a tentativa de criar a EAC.

Foi no contexto das mudanças no topo da liderança da Tanzânia que os contactos entre os antigos membros da EAC

ganharam novo ímpeto. Os contactos diplomáticos tripartidos levaram a criação da Comissão Tripartida Permanente para a Cooperação entre os Estados da África Oriental (1993- 2000). A partir de 1996 a Comissão Tripartida Permanente para a Cooperação entre os Estados da África Oriental estabeleceu a sua sede em Arusha, Tanzânia. Este era um primeiro passo decisivo para Tanzânia recuperar a sua liderança nesta região. A 30 de Novembro de 1999 foi assinado o Tratado que (re)estabelecia *East African Community* tendo entrado em vigor a 7 de Julho de 2000.

Enquanto a Tanzânia redobrava os seus esforços restabelecer a EAC, na África Austral o fim do Apartheid resultou na necessidade de reformar a SADCC. Foi neste contexto que a 17 de Agosto de 1992 a SADCC se transformou *South African Development Community* (SADC) com objectivo de promover o desenvolvimento dos seus Estados membros (SADC, 2012). Contudo a entrada da África do Sul traria mais dificuldades na identificação do líder regional dada a preponderância política da Tanzânia, Moçambique, Angola e Zimbabwe em relação a África do Sul por um lado, e a preponderância económica da África do Sul em relação aos outros membros, por outro lado. Para a Tanzânia este dilema é resolvido pela sua liderança na África Oriental. Sendo que a África Austral continuaria uma arquitectura de segurança muito importante na sua política externa.

Com a SADC a Tanzânia Negoceia e resolve os conflitos regionais, este foi o caso do conflito da Republica Democrática do Congo durante a década de 1990. Assinou também os instrumentos de integração regional na SADC como o protocolo comercial e acordos de supressão de vistos. Contudo, este fenómeno que ocorre com a Tanzânia, o de ser membro de mais de uma organização de integração, ocorre com vários outros Estados membro, com excepção de Moçambique. Apesar de ser um fenómeno generalizado, tem sido apontado com frequência como um impedimento ao progresso da integração económica regional. No caso concreto da Tanzânia o debate sobre a escolha de uma única organização e abandono de outras para permitir a produção de melhores resultados não faz sentido. De acordo com Sanga⁹ a Tanzânia não pode ser obrigada a

⁹ **Charles Sanga**, Embaixador de Carreira, entrevistado em Dar-se-salaam, aos 20 de Novembro de 2014

escolher entre a SADC e a EAC porque a sua integração nestes blocos resulta de processos históricos que deram esta relação um carácter identitário. Portanto, pode-se dizer que a política externa da Tanzânia em relação ao processo de integração regional defende a participação nos dois blocos.

Nesta secção apresentou-se a política externa da Tanzânia na década de 1990. Constatou-se que as mudanças ocorridas nos níveis global, regional e doméstico determinaram a política externa da Tanzânia neste período. Foi salientado que na década de 1990 a Tanzânia dedicou-se a recuperar o seu espaço vital na África Oriental, onde passou a liderar o processo de integração regional. Foi também apontada a questão de a Tanzânia pertencer simultaneamente a SADC e a EAC e constatou-se que em termos de orientação de política externa a Tanzânia não pretende optar entre a SADC e a EAC, mas sim permanecer nas duas organizações. Desta forma a Tanzânia ‘escolhe não escolher’ quando o debate a impele a escolher entre a SADC e a EAC.

A NOVA POLÍTICA EXTERNA: DIPLOMACIA ECONÓMICA

A política externa da Tanzânia para África Austral, no período que vai de 2000 a 2015, tomou nova perspectiva a partir de 2001, ano em que o Governo tanzaniano apresentou o documento que estabelecia a nova política externa intitulado: ‘*New Foreign Policy of the United Republic of Tanzania 2001*’. De acordo com este documento a nova política externa a Tanzânia deve ‘Projectar, promover e proteger os interesses políticos, económicos, sociais e culturais da RUT através de uma diplomacia económica activa’ (Governo da RUT, 2001:12). Apesar de, no geral, a diplomacia económica tanzaniana estar a produzir resultados satisfatórios, por exemplo, em 2013 investimento directo estrangeiro atingiu 1,872 milhões de dólares americanos e a Balança comercial atingiu 7,450 milhões de dólares americanos (Indexmundi, 2015). Mas o investimento da Tanzânia nos outros países da SADC é quase inexistente. No que diz respeito ao comércio a Tanzânia em 2011 apenas importava 5,2% dos outros países da SADC e exportava apenas 2,4%. Portanto a diplomacia económica da Tanzânia ainda não está a produzir os resultados almejados pela SADC,

principalmente o comércio intra-regional razão que levou a organização a assinar o Protocolo Comercial em 1996 e a implementação da Área de Livre Comércio em 2008.

A dificuldade que a Tanzânia enfrenta em materializar a diplomacia económica na SADC resulta, em parte, da sua fragilidade económica mas sobretudo pelo facto de a Tanzânia ser a partir de 2000 membro da EAC. Uma organização por si liderada¹⁰, e que ressurgiu das cinzas a 30 de Novembro de 1999 com a assinatura do Tratado que a (re)estabelecia tendo entrado em vigor a 7 de Julho de 2000. Um passo qualitativo viria a ser dado com a assinatura, em Arusha, do Protocolo que estabeleceu a União Aduaneira a 2 de Março de 2004. Em 2006 foram admitidos na Organização o Burundi e o Ruanda e a 1 de Julho de 2010 foi assinado o Protocolo que estabeleceu o Mercado Comum da EAC.

O Facto de a Tanzânia ser ao mesmo tempo membro da SADC (Área de Livre Comércio) e da EAC (mercado Comum) dificulta a actuação da diplomacia económica Tanzaniana para a SADC. Este é um problema generalizado, apenas Moçambique pertence a uma única organização de Integração, a SADC. O posicionamento da Tanzânia em relação em relação a sua dupla filiação é a de que tem necessidade de pertencer às duas organizações, portanto não vai optar uma em detrimento doutra. Este posicionamento é semelhante a dos outros membros da SADC com dupla ou tripla filiação. Como tentativa de resposta a questão da dupla/tripla filiação foi criada, a 15 de Junho de 2015, a Área de Livre Comércio Tripartido SADC-EAC-COMESA¹¹. Portanto, é uma iniciativa que junta dois mercados comuns (EAC e COMESA) e uma Área de livre comércio (SADC). É uma arquitectura complexa porque estas organizações isoladamente não foram ainda capazes de realizar um comércio intra-regional eficaz.

Ao abordar-se a política externa da Tanzânia para África Austral a disputa fronteiriça com o Malawi relembra o colonialismo (responsável pelo traçado fronteiriço) e remete a possibilidade de um

¹⁰ Rose Sanga, Docente de Economia no Mozambique-Tanzania Institute, Dar-es-salaam, entrevistado aos 20 de Novembro de 2014.

¹¹ Common Market for Eastern and Southern Africa

conflito militar. Sobre este assunto Sanga¹² e Shule¹³ afirmam que a Tanzânia não acha que a solução desta disputa passe pela guerra entre os dois países, a não ser que as circunstâncias assim o exijam. E realçam que a SADC tem um papel central na resolução deste diferendo, porque ambos Estados são membros desta organização. Realce-se que a SADC tem sido competente na resolução de conflitos intra-regionais, os últimos exemplos foram Madagáscar, Zimbabwe e Lesotho.

Mas as experiências da SADC bem sucedidas referem-se a conflitos intra-estatais não necessariamente a conflitos de disputa fronteiriça que por sua natureza são inter-estatais. Por isso, tendo em conta o princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais e a razoabilidade científica em matérias de traçado de fronteiras, as negociações bilaterais entre os Estados em causa parece ser a fórmula recomendável. Caso a solução bilateral falhe a última saída poderá ser o Tribunal Internacional de Justiça que pode estabelece uma Autoridade de Desenvolvimento Conjunto. Enquanto esta disputa continuar, a diplomacia económica da Tanzânia estará afectada, uma vez que, por um lado, a disputa exige recursos para manter a prontidão militar da Tanzânia, e por outro lado, o estado não pode explorar os recursos existentes no espaço em disputa.

O outro desafio a política externa da Tanzânia é a pirataria marítima, depois do sequestro do Vega 5 no canal de Moçambique, Sofala em Dezembro de 2010 a pirataria tornou-se um assunto de segurança na SADC. E na sequência do sequestro do Vega 5, em Maio de 2012 foi assinado o acordo tripartido entre Tanzania-Moçambique-África do Sul com vista ao combate da pirataria no Oceano Índico. Portanto, mais uma vez, a Tanzânia consolidou a sua cooperação militar com os países da África Austral.

Nesta secção constatou-se que a Tanzânia reformulou a sua política externa em 2001 passando a centrar as suas acções na

¹² **Charles Sanga**, Embaixador de Carreira, entrevistado em Dar-se-salaam, aos 20 de Novembro de 2014

¹³ **Lucia Shule**, Docente de Política Externa no Mozambique-Tanzania Institute, Dar-es-salaam, entrevistado ao 21 de Novembro de 2014

diplomacia económica. No cômputo geral o país tem conseguido materializar os seus objectivos económicos. Contudo, a política externa da para a SADC não tem conseguido materializar de forma convincente a diplomacia económica uma vez que tanto o investimento directo estrangeiro (intra-regional) como o comércio (intra-regional) ainda são pouco expressivos. Concorrendo para esta situação a fragilidade económica dos estados membros da SADC e a dupla ou tripla filiação a organizações de integração regional. A Tanzânia enfrenta também uma disputa fronteiriça com o Malawi, o que afecta a diplomacia económica tanzaniana.

CONCLUSÃO

Neste artigo analisou-se a política externa da Tanzânia para África Austral, tendo se constatado aspectos de continuidade e de Ruptura. Quanto a continuidade, no artigo, foi constatado que ao longo da sua existência a Tanzânia sempre olhou para a África Oriental e África Austral como faces da mesma moeda na sua política externa. A Tanzânia sempre se sentiu líder natural da África Oriental, por um lado, e aliado natural da África Austral, por outro lado. Por isso, quando questionada sobre a opção a fazer no contexto do debate sobre a integração regional a Tanzânia opta em não escolher, ou seja escolher permanecer nas duas organizações nomeadamente EAC e SADC.

Quanto a ruptura, a Tanzânia mudou de abordagem na sua política externa. Enquanto até 2001 a política externa da Tanzânia focalizava assuntos políticos; combate ao colonialismo e ao apartheid, a partir de 2001, a Tanzânia centra as suas atenções na diplomacia económica activa. A Tanzânia, igualmente passou de berço de revolução à parceiro de cooperação para o desenvolvimento económico da África Austral. Durante a década de 1980, a Tanzânia abrandou as suas investidas na África Oriental e intensificou-as na África Austral tendo participado activamente na linha da frente que acabou dando origem a SADCC.

A dinâmica da política externa da Tanzânia para a África Austral faz perceber que a Tanzânia, por força do seu papel na África Austral, é um país com prestígio regional. Este prestígio que se torna

um capital, principalmente em momentos de resolução de conflitos na SADC. Contudo a disputa fronteiriça com o Malawi continua uma incógnita que pode, como no passado, tornar difícil a relação Tanzânia-Malawi. E por conseguinte fragilizar a relação da Tanzânia com outros Estados da África Austral que sejam percebidos como omissos em relação a sua posição na disputa com o Malawi. Outro desafio, continua a ser o da dupla ou tripla filiação no contexto da integração regional. Tudo indica que o acordo tripartido SADC-COMES-EAC é uma boa tentativa de solução mas está longe de ser uma resposta final ao debate de dupla/tripla filiação.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Charles Sanga, Embaixador de Carreira, entrevistado em Dar-es-salaam, aos 20 de Novembro de 2014.

Geraldo Cherinda, Embaixador de Carreira, palestra sobre os quarenta anos de relações diplomáticas Moçambique-Suécia, Maputo, aos 23 de Outubro de 2015.

Lucia Shule, Docente de Política Externa no Mozambique-Tanzania Institute, Dar-es-salaam, entrevistado ao 21 de Novembro de 2014.

Rose Sanga, Docente de Economia no Mozambique-Tanzania Institute, Dar-es-salaam, entrevistado aos 20 de Novembro de 2014.

Fontes Secundárias

CIA (2015) *Tanzania*, [online] disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tz.html>> acessado aos 15 de Julho de 2015.

Commonwealth (2015) *Tanzania* [online] disponível em <<http://thecommonwealth.org/our-member-countries/united-republic-tanzania#sthash.92ntuW8c.dpuf>> acessado aos 10 de Agosto de 2015.

Governo da RUT, (2001), *New Foreign Policy of The United Republic of Tanzania 2001*, Governo: Dar-es-salaam

Indexmundi, (2015), 'Foreign direct investment, net inflows' [Online] disponível em <<http://www.indexmundi.com/facts/tanzania/foreign-direct-investment>> acessado aos 13 de dezembro de 2015

- Johns, David** (1979). "The Foreign Policy of Tanzania" in Allayde Aluko, *The Foreign Policy of African States*, University of Dar-es-Salam: Dar-es-Salam.
- Kiondo, Andrew**, (1994). "Tanzania's Foreign Policy: The Socio-Economic Context", in Oyugi, W. *Politics and Administration in east Africa*. African Educational Publications: Nairobi.
- Kwame Krumah**, (1977), *África deve Unir-se*, Ulmeiro: Lisboa
- Manjate, Joaquim**, (2013), *Análise Estratégica da Liderança na Guerra em Moçambique: Unidade de Esforço na Batalha da Zambézia 1986-1992*, Diname: Maputo.
- Msekwa, Pius**, (2015), "Tanzania: The Cold War Challenges of our Union" [online] disponível em <<http://allafrica.com/stories/201508200656.html>> acessado aos 6 de Dezembro de 2015.
- NNoli, Okwudiba** (1974). *Self Resilience and Foreign Policy in Tanzania: The Dynamics of the Diploamcy of New State (1961-1971)* Nok Publishers: London.
- Nzomo, Maria** (1999). "The Foreign Policy of Tanzania From Cold War to Post-Cold War, in Stephan Wright, *African Foreign Policies*, Westview Press: Arizona.
- Parliament**,(1998). *The Constitution of the United Republic of Tanzania*, 1977, Dar es Salam.
- Rydenfelt, Sven** (1986). 'Lições de Uma Tanzania Socialista' [online] disponível em <<http://www.libertarianismo.org/index.php/artigos/licoes-tanzania-socialista/>> acessado aos 26 de Outubro de 2015.
- SADC**, (2012) *História e Tratado*' [online] disponível em <<http://www.sfaa.org/index.php?id=38>> acessado aos 6 de Dezembro de 2015.
- _____, *Free Trade Area* [online] disponível em <<http://www.sadc.int/about-sadc/integration-milestones/free-trade-area/>> acessado aos 13 de Dezembro de 2015
- Shule, Lucy**, (2014), *From Southern Africa to the Great Lakes Region: Challenges to Tanzanian Foreign Policy and Conflict Resolution in Sub Saharan Africa*, University of Newcastle: Newcastle.
- Trading Economics** (2015) Tanzania GDP, [online] disponível em <<http://www.tradingeconomics.com/tanzania/gdp>>, acessado aos 20 de Agosto de 2015.